

“MEU PAI NÃO QUERIA NEM EU NESSAS RUAS”: CIDADE, MEMÓRIA E MARGINALIZAÇÃO EM POMBAL (1930-1950)

MSc. Flávio Carreiro de Santana (UEPB/UVA)

Longe apenas de ser materialidade, a cidade possui muitas trilhas na qual podemos dar algumas passadas. Dessas muitas maneiras de percorrer a cidade escolhemos a memória e a oralidade como formas de tangenciar lembranças tais como restos de passado, e que informam um outro tempo. Em nosso trabalho, possibilitamos agenciar narrativas orais que evocaram lembranças sobre o cotidiano pombalense entre as décadas de 1930-1950, sobretudo vizibilizando as formas de sociabilidade e preconceito vivido pelo/para os moradores do Bairro dos Pereiros, considerado, desde então, um espaço avesso ao progresso, ao bom e ao belo: ele era um espaço marginal, uma fissura das idealizações, enfim, ambiente do outro.

Palavras-chaves: Cidade; Memória; Oralidade.

A cidade de Pombal viveu entre as décadas de 1930 à 1950, um período de significativas mudanças em seu cenário: seja de forma espacial ou social, sua urbanidade redesenhava-se constantemente com a adoção de alguns equipamentos estranhos ao cotidiano local, e muitas vezes tidos por modernos.

De fato o novo parecia circular seus ares ali, naquela paragem: chegada e saída do trem, praças, cinema, automóveis, tráfegos, energia elétrica, enfim, conquistas materiais que pareciam decididamente chegadas para tornar Pombal um ambiente outro.

Contudo, a cidade não era só modernidade: esta se incrustara (ou acostaram-na) numa territorialidade específica da cidade, conhecida e escandida como “centro”. Não que a modernidade estivesse encerrada apenas neste ponto da cidade, pois seus transeuntes não permitiram tal situação. Ao espacializarem a cidade, consumiam, trajetavam, significavam para si (e em si) o novo, como bem fica dito em muitos relatos de memória de seus antigos (reme)moradores.

Ainda assim, alguns trechos urbanos pombalenses não recorreram a impositividade do moderno, sofrendo mesmo o preconceito pela sua não adoção. Falamos aqui de uma parte em específica da cidade, conhecida ainda hoje por bairro dos Pereiros, considerada “periferia” da cidade, ou seja, aquilo que esta às suas margens.

Logo, as transformações urbanas ocorrida em Pombal, demonstrada através de suas conquistas materiais, acabou por implicar numa série de mudanças, seja em sua

configuração espacial, seja na mudança de práticas cotidianas. Percebemos que esses novos espaços, a exemplo da Estação Ferroviária local ou mesmo na abertura de praças e cinema, implicou em outras formas de espacializar a cidade pelos seus habitantes.

Aos poucos, a partir dessas conquistas materiais e simbólicas, a cidade também vai se redesenhando. Antes, onde apenas havia a nascente “Rua dos Roques”, foi instalada a sede que abrigava a chegada e partida do trem, em terra antes coberta de mato, como bem lembrou a narradora Benta Carneiro, pois se tratava de uma propriedade que pertencia ao seu avô.

Próxima ao lugar onde foi construída a Estação Ferroviária havia apenas o cemitério local. Após a passagem do trem por aquele trecho quase inabitado, os nossos relatos fazem ver um novo lugar de habitação, a partir da montagem de “casas” populares aos redores, fazendo surgir a “periferia pombalense”, ou seja, o conhecido bairro dos Pereiros.

O bairro dos Pereiros surge como um lugar de habitação provocado diretamente pelas conquistas materiais pombalenses. Além do trem, também são instaladas algumas fábricas e depósitos de gêneros agrícolas (como o algodão e a oiticica), cuja proximidade com a Estação favorecia uma melhor importação ou escoamento daqueles produtos.

Enquanto espaços de trabalho, também habitaram pessoas simples cuja labuta diária era realizada ali próxima as suas casas. Assim, o bairro dos Pereiros surge como um espaço sem ordenamento ou qualquer planejamento urbanístico. Configurava-se antes como habitações de pessoas pobres, com casas humildes feitas de “taipa” e sem tijolos.

Lembra o senhor Raimundo Fernandes da Silva, antigo habitante do bairro dos Pereiros, que sua casa já na década de 1930 era de tijolo e telha, *“mas por que era eu que batia tijolo e telha e aos poucos fui construindo. Por que a maioria das casas eram de taipa mesmo. O povo aqui não tinha dinheiro pra construir casa boa não”*.

Distante do centro urbano foi à modernidade espacializando a pobreza em outros lugares da cidade, como no referido bairro. Outras falas também deixam perceber essa diferença estética urbana, a exemplo do senhor Manoel Virgulino Sucupira, que no ano de 1932 esteve trabalhando na montagem da linha férrea, *“cavando vala e botando trilho”*.

O dono das mãos que trabalhavam até sangrar para sentar trilhos, arranchava-se próxima a Estação, cuja habitação “*era só de barracas, com folhas. Eram muitas casas assim, de taipa, chão batido. Era muita pobreza*” e que “*a cidade só era direitinha lá pra o centro, no comércio, por que por aqui [no bairro dos Pereiros] era só mato e gente pobre*”.

Informação que também corrobora a senhora Maria Amélia de Sousa, nascida e criada no local:

Nessa rua dos Roques que era só mato... Aqui era mata, que escondia terra fofa. Só tinha três casas: essa, a de Bentinha e outra lá pra baixo, que era a dos Roques. Ficou esse nome por que a primeira casa era a dele... Aqui na minha casa só tinha um banco. Agente era pobre e só tinha coisa de roça. Por que o meu pai não vendia a ninguém, era tudo pra gente. Aí aqui em casa era muito pobre: não tinha mesa, não tinha nada, só tinha banco, ali na terra sentava qualquer pessoa. Quando não tinha rede eu me deitava no banco. Mas aqui era mata, era mata mesmo. Trancada... Só depois da Estação foi que apareceu casa por aqui. Antes tinha a casa do Chefe da Estação e aos poucos foi aparecendo. Depois veio a Brasil Oiticica e a Sanbra.

Moradora daquele lugar desde sua infância, a nossa narradora marca a chegada do trem como divisor de água entre o que era aquele espaço antes e o que ele se tornou depois daquela conquista material. Porém, aquele moderno equipamento convivia lado a lado com a pobreza de sua casa e das práticas cotidianas “da roça”. Informações essas que parecem não diferir de outros relatos.

A senhora Benta Carneiro, por exemplo, comenta que antes do trem ao redor da sua casa não tinha muita casa na região, “*só tinha essa residência sozinha. Ai começaram a cortar os pés de juazeiro, a construir casa. Basta, pouco mais tava (sic) a cidade aí [referindo-se ao bairro dos Pereiros]*”. Endossando a desabitação daquele espaço antes da chegada do trem, comenta ainda essa narradora que antes na cidade “*só tinha o centro por ali. Aqui era tudo vazio. Eu ainda alcancei isso aqui tudo vazio de casa*”.

Revela a senhora Antônia Oliveira Fernandes que tamanha era a desabitação do lugar, que as casas eram construídas em meio aos pés de pereiros. Comenta ainda que por vezes essas árvores, que abundavam aquele lugar e que acabou servindo para o agraciamento do bairro, acabava servindo de morada: “*as pessoas até viviam debaixo dos pés de pereiro, tamanha era a pobreza do povo*”.

Espaço da pobreza, não demorou muito para que o bairro dos Pereiros, sem organização urbanística e habitado por pessoas simples, fosse estigmatizado vulgarmente enquanto lugar da marginalidade e espaço dos perigos que a cidade

oferecia. Logo este bairro passava a contrastar com a organização e melhorias no centro urbano propostas pelo Poder Público municipal, encarnados em seus discursos como indícios da modernidade local, tais como vistos no início do capítulo.

Contraste percebido pelo senhor Francisco Lopes de Sousa quando nos confidenciou um episódio vivido por seu irmão, Odilon Lopes. Segundo nosso narrador, após ser acometido de uma doença misteriosa no intestino, cujo tratamento médico não diagnosticava do que sofria o senhor Odilon, este teria feito uma promessa a Nossa Senhora que, se fosse curado, passaria *“um ano tirando esmola para os pobre, duas vezes por semana e se comungaria todo o domingo, durante um ano”*. Passados três dias após feita a promessa, um médico de Recife havia descoberto um remédio que trataria a sua doença.

Depois de cumprida sua promessa, da comunhão e de arrecadar esmolas para os pobres, haveria o senhor Odilon Lopes percebido a necessidade de se construir uma casa que abrigasse os pobres e inválidos da cidade. E foi com esse intuito que o mesmo teria feito *“uma vistoria no subúrbio pra ver como era a vida desse povo necessitado. E ai encontrou uma casinha no meio de umas oiticicas e aquilo tocou ele. Ele chegou e começou a pensar em fazer um abrigo”*.

Interrogado onde ficaria o referido subúrbio e as tais casinhas em meio às árvores, o senhor Francisco Lopes de Sousa revela: *“lá nos Pereiros”*, muito embora existisse outros pontos de pobreza na cidade, como a citada rua da Cruz, próxima a atual rua Domingo de Medeiros. Assim, teria surgido a Sociedade de Amparo aos Pobres e inválidos de Pombal (SAPI) no dia 22 de junho de 1952, contado com 800 associados, cujo principal propósito era o de *“amparar os pobres e inválidos de todo o município de Pombal, tendo em vista o ideal cristão de caridade e do amor ao próximo”*.

Por tal episódio narrado, podemos perceber que a pobreza grassava ao lado da modernização pombalense naqueles idos. Miséria lembrada pela senhora Bernardina Pereira Santana ao comentar que *“tinha mais pior (sic) do que hoje. Ave Maria a pobreza era grande!”*. Pobreza essa que também servia como sintoma de distinção social, apontada até mesmo pelos lugares em que se morava, se comportava e se vestia na cidade, como acrescentou essa narradora.

Outro bom exemplo da heterogeneidade social pombalense marcada entre ricos e pobres, pode ser demonstrado ao evocarmos o surgimento da indústria de óleos Brasil

Oiticica S/A. Mesmo entendida pela maioria dos nossos narradores como uma das principais conquistas materiais, responsável pelo progresso econômico local, essa indústria não personificou apenas enquanto lugar do trabalho.

Além do trabalho, na sede da indústria também foram realizados bailes quando aberto um “*clube altamente privativo*” em fins da década de 1940, criado pelo senhor Edgar Moura, na condição de gerente da referida indústria. Naquele clube foram realizadas diversas festas em que participavam apenas a elite pombalense, como comenta a senhora Maria Adélia Felinto, freqüentadora assídua desses eventos sociais:

[*Para participar das festas realizadas pela Brasil Oiticica*] o camarada passava uma seleção rigorosíssima. Pra entrar, pra ir uma festa lá, tinha que entrar de cartão. Tudo era na base do convite, agora era um clube muito bom...O gerente da Brasil Oiticica, se houvesse uma festividade, ele já sabia a quem mandar o convite. Por que não era todo mundo que entrava. Eu assisti duas vezes ele botar pessoas pra fora... [*As pessoas convidados eram*] sempre de uma certa condição, que era convidado dele. Muitas pessoas que eram convidadas, chegavam lá, compravam mesa, e comprava bebida. Mas era um clube altamente privativo, que não tinha sociedade, por que era da Brasil Oiticica.

Assim, nem todas as pessoas eram bem recebidas naquele ambiente, especialmente freqüentado apenas por aquelas pessoas com certo poder aquisitivo. O clube da Brasil passaria a abrigar e selecionar alguns poucos, indicando quem passaria a compartilhar dos festejo. Sua seleção já indicava aqueles que seriam bem vindos naquele lugar.

Essa observação também pode ser comprovada pela fala da senhora Célia de Medeiros Ugulino. Nossa narradora se recorda dos bailes da Brasil Oiticica descrevendo que o mesmo “*era muito sofisticado e que só ia pra lá os convidados*”, e ainda que fosse pago pelos convidados a sua entrada e consumo no bar, ele “*era elitizado*”. E confirma o principal requisito para fazer parte daquela seleção de convidados: “*ter uma aparência*” para estar ali.

Indicando tal requisito para participar dos bailes promovidos pela Brasil Oiticica, é claro que a maioria dos próprios trabalhadores dessa indústria não podiam participar dos festejos, pois eles “*não tinham condição de jeito nenhum*”, se recorda a senhora Célia Ugulino, endossando a observação da senhora Maria Adélia Felinto.

Aos operários cabia apenas a sua função de trabalhar na indústria, como pontuou o senhor Raimundo Fernandes da Silva, um dos trabalhadores mais antigos da citada indústria e também morador do bairro dos Pereiros, comentando que havia trabalhado na Brasil Oiticica “*desde do tempo do alicerce, por que fui eu que ajudei a sentar*”.

A propósito dos bailes oferecidos por sua firma esse narrador recordou “*que pobre, mesmo que fosse trabalhador de lá não entrava nessas festas. Eu mesmo nunca fui uma festa na minha vida. Só trabalhava, num serviço que era muito penoso, que era muito sofrido pra nós trabalhador (sic)*”. Prossegue dizendo que “*apenas os funcionários maiores que ele podiam entrar na festa*”, observação feita também pela senhora Maria Adélia Felinto.

Contudo, o clube da Brasil Oiticica nos aparece como um lugar de distinção social, assim como também passou a ser a própria cidade e os seus lugares de habitação. Aos poucos, através das falas, vamos compreendendo a distinção social entre aqueles que moravam no/ou próximo ao centro comercial de Pombal, e aqueles que moravam distantes dali, na periferia.

Exemplo dessa distinção social a partir dos lugares da cidade pode ser tomado ao focarmos o nascente bairro dos Pereiros, envolto por algumas falas em preconceito por abrigar a pobreza da cidade, ou como se referiu a senhora Célia Medeiros Hugulino em tom de desconforto na entonação das palavras, por que “*quem morava lá era gentalha*”. A mesma narradora se recordou de um episódio que justificaria sua observação quando nos confiou que:

Uma ocasião agente foi numa mulherzinha que tinha ali, que não tinha nem boa conduta, mas ela ensinava flores e mãe botou Sedhit [irmã da colaboradora], que era mais velha para aprender flores, e ela vinha dar aula em casa. Quando foi numa últimas (sic) aulas, que Sedhit queria que ela fizesse uma flor pra botar num vestido, aí ela disse: “pois vá lá em casa que eu lhe ensino”. E agente foi. Que quando agente estava lá, começou um camarada passar de bicicleta na frente. Sedhit que já era mais ativa notou. Aí disse: “eu tô com muita dor de cabeça, vou embora, não agüento”. Aí o que foi que a gente fez, quando a gente saiu de lá, o camarada passou. Aí agente corria, se escondia, passava por outro beco, e quando já tava lá na frente, o camarada de novo, como quem queria saber onde era a morada da gente. Quer dizer tinha essas coisas...

A perseguição pelo anônimo da bicicleta narrada por nossa narradora marca como que uma prática comum acometida apenas por determinadas pessoas, “*a gentalha*”. Visitar o bairro pareciam um grande risco para quem morava no centro, e as más intenções parecia ser algo próprio daquele lugar, cujo perigo era iminente.

Estando a cidade cindida em preconceitos, o primeiro nos apareceu marcado pela condição econômica, e por isso mesmo era marcada em seu pequeno espaço pela distância entre pobres e ricos. Igual educação teve a senhora Bernardina Pereira Santana pelo seu pai de nunca circular pelo bairro dos Pereiros, pois como bem lembra “*quando*

eu era solteira meu pai dizia que toda a vida ele foi perigoso, aquele bairro. Aí meu pai não deixava nós ir... Por que dizia... dizia não, por que era mesmo, o povo dessas ruas era (sic) perigoso". Tomada pelos conselhos do pai, nossa narradora nunca havia circulado aquele ambiente por preconceito. Discriminação essa apenas superada no ano de 2006 quando, por razões de um evento político esteve no lugar pela primeira vez, aos 79 anos de idade.

A mesma narradora chega a afirmar um grande preconceito vivido por si, quando da sua união matrimonial com "*um homem simples, que era trabalhador da Brasil (Oiticica S/A)*". Casada com um operário dessa indústria, a mesma foi morar ali próximo do seu trabalho. Não bastou muito para que sua família à trata-se com indiferença e preconceito, "*dizendo que lá não era canto para menina como eu, educada e de família*".

Mas não parecia esse o único preconceito mantido na cidade de Pombal. Além do preconceito social observado a partir das riquezas (ou falta dela) de cada morador, acrescenta a narradora Ana Pereira Damascena uma outra forma de discriminação: o racismo.

Citando algumas festas locais, comenta aquela narradora que em determinados ambientes em período de festa, "*se fosse gatinha ou de cor*" não podiam fazer parte da comemoração. E acrescenta: "*Preconceito? Aqui? Era demais. Havia preconceito demais meu filho! Antigamente era demais*". Referindo-se as festas promovidas na Sede Operária da cidade ela recorda que "*tinham festas na Sede de carnaval dos pobres, do morenos, que rico entrava. Agora os pobres não podiam entrar no dos ricos*", marcando claramente à distinção que se havia na cidade entre seus habitantes.

A propósito comenta nossa narradora sobre um episódio ocorrido na referida Sede Artística e Operária Beneficente (SAOB), quando em ocasião de uma festa, um forasteiro negro foi expulso do local, quando interpelada se havia acontecido algum caso explícito de preconceito:

Aconteceu. Não tô lembrando agora o nome do rapaz, mas queria jogar ele pela janela numa festa de carnaval que teve na Sede. Os pais vieram do Rio de Janeiro. Era da família de Pedro Corisco que vendia caixão. E queriam jogar ele pra fora por que ele era moreno. E ninguém conhecia o rapaz. Ele saiu e nunca mais voltou aqui com tanta decepção. Se eu não me engano ele era até do Exército.

Mesmo não revelado seu nome, toma à senhora Ana Pereira Damascena como bom exemplo de preconceito. O ato de quase "jogar" o rapaz pela janela revela, não

uma forma de convite ou solicitação que o mesmo se retirasse, mas sim uma forma aparentemente estúpida de tratar aquela pessoa pelo fato de ser ela “um moreno”, que mesmo tendo boas referências (como possivelmente ter um cargo no Exército Brasileiro), o que importou foi o fato de ser um desconhecido e de “cor”.

Esse preconceito social de cor também foi endossado pela senhora Antônia Oliveira Fernandes, quando afirmou que o racismo era algo muito corrente na cidade. *“Todo mundo já olhava atravessado pra um nego (sic). Como se ele vale-se menos. E daí cada um já sabia o seu lugar. Num podia nem reclamar. Principalmente se fosse nêgo (sic) e pobre”*.

Assim, enquanto negras, nossas narradoras puderam apontar o sentimento social de racismo na cidade, enquanto uma observação a partir de vivências próprias. Observações que não foram enunciadas por nossos outros narradores, talvez pelo fato de estes não se considerarem “pessoas de cor”.

Até aqui pontuamos pelo menos três preconceitos sociais vividos em Pombal e narrados por nossos narradores, e que fazem parte da nova cidade em transformação: preconceito pelo espaço e habitantes da periferia local, discriminação pela “classe” social e racismo. É bem certo também que embora estas duas últimas formas de preconceitos fossem encaradas como algo disseminado na sociedade pombalense, a primeira forma parecia ser mais fácil de ser localizada, pois se encontrava espacialmente distinguida.

O bairro dos Pereiros não era apenas um bairro de perigos. Este lugar também estava esconjurado por abrigar a “promiscuidade” pombalense, através dos prazeres oferecidos por alguns de seus espaços, a exemplo dos prostíbulos. Espaços também citados por nossos narradores como o lugar da “zona”, “dos cabarés”, “do róí couro” ou “rua de mulher livre”.

Na verdade, aquelas mulheres não eram tão livres assim. O próprio Código de Posturas Municipal de 1936 em seu capítulo XXI (sob o título de Disposições Gerais), procura limitar dentro do perímetro urbano o espaço de convivência para tais práticas “imorais”, afirmando que *“as mulheres de vida livre não poderão habitar ruas destinadas a domicílios familiares”*.

Contudo, esquecera o referido Código de Posturas se alertar para que a “zona” de prostituição da cidade estava localizado em meio a residências familiares, porém de pessoas humildes e trabalhadores que habitavam o bairro dos Pereiros. Comprovando

nossa observação, se recorda a senhora Benta Carneiro da “presença das quengas” nas mediações de sua casa:

Chamava a Rua do Rói. É aqui essa rua que sobe assim. Ali era o cabaré daqui. Já na rua do Açogue. Aí quando era de sexta pra sábado, ninguém dormia de noite com o baile das quengas [risos]. Por que era tocado aos montes. Daqui a gente ouvia tudinho. Tocando e o povo tudo dançando. Mas não havia Justiça naquele tempo. Ninguém ligava, por que a vida delas era aquela mesma.

Tal era a aproximação dos prostíbulos da cidade à sua residência, que a senhora Benta Carneiro pode se recordar dos momentos de festas realizados dentro daquelas casas de prostituição. Porém, indica que não havia interferência para com aquele modo de vida.

Recorda-se também a senhora Benta Carneiro que, embora morasse nas mediações onde estavam localizados os prostíbulos pombalenses, o seu pai a cerceava de circular próximo a tais “casas de recurso”. Contou-nos um caso onde sua irmã, moradora do mesmo lugar, em necessitando de companhia a noite para dormir, já que seu marido estava ausente, chamou-a para dormir em sua casa, porém *“papai não deixou, por que achava muito perigoso, um lugar má (sic) falado para uma moça solteira tá... agora você veja só a cabeça de papai: ela era filha dele e ele não confiava por causa do ambiente das quenga (sic) que era próximo”*.

Fato curioso, a zona de prostituição mesmo mantida “afastada” dos domicílios familiares, como rezava o Código de Postura Municipal, ficava localizada bem na entrada da cidade, por onde passava a antiga estrada de rodagem local. Essa para a senhora Ana Pereira Damascena como um *“cartão de visita da cidade”*, uma vez que quem chegasse à cidade se deparava logo com as casas de prostituição.

Essa não interferência naquele modo de vida das “quengas” também nos aparece como algo que faz parte da educação, principalmente feminina. Alguns relatos afirmam a educação dos pais para não circularem pelo bairro dos Pereiros, posto que nesse estava localizado a “zona” da cidade. Como lembrou a senhora Bernardina Pereira do Nascimento, além de perigoso aquele espaço da cidade *“tinha os ambiente (sic) que não era bom, né? e por que lá tinha a zona né? (risos). Só tinha lá na cidade. Por que em nenhum outro canto tinha na cidade”*.

A zona da prostituição também marcava o bairro dos Pereiros como uma zona proibida de circulação dentro da própria cidade. Mas não proibida para todos. Se recorda a senhora Ana Pereira Damascena que aquele lugar da cidade não aparentava

ser tão desmoralizante assim, uma vez que certas pessoas importantes andavam por lá, nos prostíbulos:

Eu me lembro que a gente novinha ia lá pra casa das Fontes, e passava bem na frente dos Cabaré, e tinha tanto homem conhecido da gente. A gente saia cedo pra lá e passava na frente. Basta, chegou até um homem conhecido da minha mãe, e disse: “como é que você deixa suas filhas andar por ali? Elas me viram lá e vai falar pra minha esposa”. “Não se preocupe não que elas não são disso não”. “Por que você deve proibir elas de passar por lá”. Essa coisa de prostituição era muito abafado. Elas tinham mais respeito por agente do que esse povinho de hoje, por que pelo menos se elas faziam as coisas, eram lá! Elas não circulavam por aqui, e se circulassem era nos trinques. Só que agente já conhecia mais ou menos. Mas havia muito respeito da parte delas. Coisa que hoje você não encontra. E a zona da prostituição só era lá. E a gente só via por que o caminho era por lá, senão, ninguém via.

Assim, o segredo da proibição de circular naquele espaço parece ter sido em parte revelado. Não eram tanto as prostitutas nem sua zona de atuação que preocupavam algumas pessoas. Eram os praticantes que ali freqüentavam e o temor de que certas práticas não pudessem ser mantidas em segredo.

Enquanto moradora próxima da “zona”, comenta a narradora Maria Amélia algo curioso. Mesmo morando naquelas mediações próximas ao meretrício pombalense, ela não convivia com as prostitutas, pois as mesmas eram muito discretas e isoladas dos demais moradores daquela redondeza: *“Elas viviam separadas... Elas não andavam nem pra cá. Era muito difícil até elas irem fazer compra na rua, pois eram mulheres que tinham vergonha de ir pra cidade”*.

Contudo, por abrigar o meretrício local, e somado ao ambiente de pobreza dos seus moradores, o bairro dos Pereiros sofreu com estigma social criado para si de lugar perigoso e zona cuja “pessoas de bem” deveriam evitar a circulação naquelas espaços da cidade.

Estigma social que acompanhou os moradores pobres e o espaço de habitação humilde da cidade, bem no momento em que a cidade vivia suas transformações modernas. Melhorias materiais que definitivamente não fizeram parte da vida de todos os pombalenses, uma vez que a cidade estava diferenciada entre os que “podiam ter” e aqueles que apenas “queriam possuir” aquelas conquistas.

Assim, Pombal mantinha as conquistas materiais e simbólicas enquanto parte de sua modernização e que foi encarada por alguns narradores como realidade, mas também por outros apenas como desejo. Realidade, pois aos poucos a cidade vai se modificando espacial e simbolicamente, através de novas práticas de viver a/na cidade.

Desejo, pois aquelas conquistas materiais acabam não se estendendo ao cotidiano de todos os seus moradores, excluídos daquelas melhorias apregoadas pelo sentido de progresso urbano. Uma multitude de combinações entre espaços e práticas antigas somadas naquele instante a outros modos de vida urbanos, inserida pela modernidade.